

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTATAIS DE COARI/AM

Francisca Trindade Pereira dos Santos¹Márcia Perales Mendes Silva²

RESUMO

Este artigo faz uma breve reflexão do processo de transformações contemporâneas no mundo do trabalho no contexto brasileiro, da relação entre trabalho e o serviço social nesse cenário, bem como, buscou-se ainda vislumbrar a caracterização do perfil dos/as profissionais de serviço social. O objetivo deste estudo é analisar o trabalho dos/as assistentes sociais em instituições públicas estatais de Coari-AM, sob a concepção do serviço social como trabalho na atualidade. Assim, a abordagem teórico-metodológica é quantiquantitativa, na perspectiva da teoria social crítica, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Aponta-se como resultado que o trabalho profissional dos/as assistentes sociais nas instituições públicas estatais de Coari no Amazonas está atrelado às alterações societárias que atingem a classe trabalhadora no contexto global, permeado por interesses contraditórios. Por isso, se exige do trabalho dos/as assistentes sociais cada vez mais uma postura crítica.

Palavras-chave: Trabalho profissional. Transformações contemporâneas do trabalho. Assistente social.

ABSTRACT

This article makes a brief reflection on the process of contemporary transformations in the world of work in the Brazilian context, on the relationship between work and social work in this scenario, as well as seeking to glimpse the characterization of the profile of social work professionals. The objective of this study is to analyze the work of social workers in state public institutions in Coari-AM, under the conception of social work as work today. Thus, the theoretical-methodological approach is quantiquantitative, from the perspective of critical social theory, through bibliographic and field research. As a result, the professional work of social workers in state public institutions in Coari, Amazonas, is linked to societal changes that affect the working class in the global context permeated by contradictory interests. Therefore, the work of social workers is increasingly required to adopt a critical stance.

Keywords: Professional Work. Contemporary Transformations Of Work. Social Worker.

¹ Universidade Federal do Amazonas; Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; trindadesantos@gmail.com

² Universidade Federal do Amazonas; Doutora em Serviço Social; márcia.perates@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de desenvolvimento da sociedade de classes a partir da formação do sistema capitalista de produção trouxe transformações globais ao mundo do trabalho, e estas, exigiram novas intervenções por parte do Estado. Essa conjuntura é fundamental para compreendermos o surgimento da profissão de serviço social, pois o trabalho profissional dos/as assistentes sociais dentro da divisão social e técnica do trabalho teve nesse período a expansão urbana desordenada como nova expressão da questão social que requisitou o exercício desse trabalho especializado.

Dessa maneira, refletir sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho torna-se necessária nesse tempo. Por isso, dentro da concepção do serviço social como trabalho, o objetivo deste estudo é analisar o trabalho dos/as assistentes sociais em instituições públicas estatais de Coari-AM, para isso realizou-se um recorte na constituição da profissão no Brasil a partir da década de 1980. Diante disso, a abordagem teórico-metodológica é quantiqualitativa, na perspectiva da teoria social crítica, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo; este trabalho está apresentado em três seções, a saber: Primeira seção, transformações contemporâneas do mundo do trabalho no contexto brasileiro: uma discussão necessária; na segunda, trabalho e serviço social: uma relação orgânica? Por último, a terceira seção, o trabalho do assistente social nas instituições públicas estatais de Coari/AM.

Por fim, esse é um convite ao debate, acerca da complexa relação das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e o trabalho profissional; notou-se que a classe trabalhadora de forma global vem vivenciando demandas emergentes e urgentes, que reincidentem de tempos em tempos com novas aparências, mas com a mesma essência, e isso não fugiu à regra ao município de Coari interior do Amazonas, como se observa nas seções a seguir.

2 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

PROMOÇÃO



APOIO



O modo de produção capitalista surge no ocidente e marca o encerramento do modo de produção feudal, atingindo sua consolidação na passagem do século XVIII ao século XIX. Desde então, alcançou o domínio tanto nas sociedades centrais quanto nas periféricas, expandiu o modo de produção capitalista e avança dominando no cenário global, e assim imprime marcas próprias ao processo produtivo e à realização do trabalho.

Nesse sentido, as transformações contemporâneas do mundo do trabalho correspondem a uma diversidade de alterações e mudanças na vida em sociedade e nas formas de trabalho, levando a classe trabalhadora a condições limitantes independente à sua vontade, onde frisa-se condições como: flexibilidade do trabalho; trabalho terceirizado; trabalho informal; empreendedorismo individual; precarização do trabalho; e, mais recente, a plataformização ou uberização como expressões de gestão do trabalho na atualidade (ANTUNES, 2018; ALVES, 2000; BRAGA, 2017; ANTUNES e PRAUN, 2015).

Desse conjunto de expressões manifestadas nas formas de gestão do trabalho é que se define as condições a que vêm sendo submetidos os trabalhadores temporalmente, nota-se que essas expressões ganham forma no sentido de garantir a manutenção do capital e o seu domínio sobre as relações de trabalho e, conseqüentemente, sobre os trabalhadores.

No Brasil, é na década 1990 que se destacam com maior força essas expressões das transformações contemporâneas do trabalho, por se tratar de um país de industrialização dependente e com superexploração da força de trabalho, baixos salários, entre outras, somadas ainda a jornadas de trabalho prolongadas e à desorganização do movimento operário sindical (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Contudo, essas características do trabalho no contexto brasileiro desencadeiam-se do reordenamento do capital e não acontecem espontaneamente, elas refletem o enfrentamento das sucessivas crises do capital, como: a crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York; os 30 gloriosos anos, fase gloriosa do capital compelida pelo caos social provocado com a crise de 1929; conseguinte a esse período, na década de 1970 a crise do petróleo; a crise financeira de 2008, que segue até aos dias atuais. Isto tudo se tornou palco para uma nova ofensiva do capital

PROMOÇÃO



APOIO



sobre o trabalho, através de um conjunto de estratégias para desmontar conquistas alcançadas pelos trabalhadores como direitos trabalhistas já assegurados e a base da organização sindical da classe operária (OLIVEIRA, 2005).

Assim, o processo desenvolvido pelo capital ao longo dos anos se efetiva na manutenção e reinvenção de meios que garantam a permanência do sistema capitalista no controle da organização e gestão do trabalho e daqueles que dele dependem.

Para isso, a implantação do toyotismo e a utilização dos métodos específicos desse sistema são adotados e passam a contribuir para os ganhos na produtividade, através da racionalização dos processos de trabalho com ênfase na polivalência operária e na flexibilidade operacional. Cabe destacar ainda, que a lógica toyotista de trabalho flexível ultrapassou os muros da organização industrial e atingiu a organização dos serviços no setor público por meio do trabalho terceirizado, redução nas folhas de pagamento, entre outras maneiras (ALVES, 2000). Conforme esse autor, esse modelo de acumulação flexível se distingue pela capacidade do capital de tornar a mercadoria força de trabalho complacente e submissa, subordinada ao trabalho assalariado e à lógica da valorização. Dessa forma, por meio da reestruturação dos processos produtivos em empresas privadas e organizações públicas vem sendo formatado uma nova classe de trabalhadores ajustada aos objetivos capitalistas, totalmente à mercê da lógica neoliberal.

Se faz indispensável também, apontar nesse cenário, o papel da chamada plataformação, expressada nos serviços através das ferramentas tecnológicas, como: o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Inteligência Artificial pela lógica dos algoritmos, dados/dataficação em plataformas digitais; atualmente a plataformação ou uberização do trabalho é uma “nova modalidade” de trabalho e configura-se como um ajuste do capital aos novos meios de exercício e controle do trabalho contemporâneo (ABÍLIO, 2020). Para a classe trabalhadora em geral, o que isso reflete? Segundo Netto e Braz (2008), esse conjunto de alterações no modo e gestão do trabalho definem a trajetória das relações de trabalho no mundo, e são vivenciadas também no Brasil, respeitando as suas particularidades; por fim, trata-se de processos complexos e contraditórios que estão em constante movimento.

Portanto, é nesses espaços e contextos que estão inseridos os/as assistentes

PROMOÇÃO

APOIO



sociais, onde passamos na seção seguinte a contextualizar a relação entre trabalho e o serviço social na construção do trabalho profissional.

3 TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO ORGÂNICA?

O trabalho é central e a sua importância se constitui como mola propulsora da transformação evolutiva da humanidade; o motor para a produção de riquezas, assim é “condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana” (MARX, 2011, p. 118).

Para Marx (2011), o surgimento da sociedade capitalista e do seu modo de produção ocupa posição de centralidade na relação entre o homem e o trabalho, segundo o autor, o trabalho corresponde a toda atividade humana despendida sobre a natureza com objetivo de transformá-la para suprir suas necessidades.

Para tanto, na segunda metade do século XVIII, entra em cena a manufatura, conjuntura em que a forma de exercer o trabalho avança e a cooperação entre trabalhadores é substituída pelo trabalho manufatureiro, a partir dessa nova modalidade a realização das atividades do trabalho passam a ser divididas e realizado por parcelas isoladas, com isso, foi usurpado do trabalhador o controle de todas as fases de suas tarefas por meio de atividades especializadas. (NETTO; BRAZ, 2008).

Assim, essa mudança nos mostra que os avanços do modo de realizar o trabalho em sociedade vêm fragilizando as condições de trabalho para a classe trabalhadora, esse fato não é característico do passado porque nos dias atuais continuam a ocorrer mudanças que alteram a forma de realização do trabalho.

No Brasil, a base que constituiu a profissionalização do Serviço Social partiu das experiências europeia e americana, sob forte influência da igreja católica. Assim, na década de 1930, o serviço social chega ao território brasileiro com a identidade atribuída pelo capitalismo, importado de uma realidade diferente do que se vivia no país. Destarte, o serviço social ao longo da história começa a dar passos iniciais para romper com essa identidade de práticas alienadas, apropriando-se de uma perspectiva crítica e reflexiva da prática profissional e da consciência de classe (MARTINELLI, 2003). Um momento que marca essa posição e impulsiona o serviço

PROMOÇÃO

APOIO



social crítico no Brasil foi o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, na década de 1960, esse movimento marca as primeiras intenções de romper com a perspectiva conservadora e funcional da profissão (NETTO, 2006).

Diante do exposto, entende-se que esse acontecimento preparou o solo intelectual e crítico do serviço social no contexto brasileiro, despertando a resistência da categoria profissional no sentido de romper com a posição alienada e distante da realidade brasileira, isso pode ser percebido através das conquistas que ocorreram nas décadas seguintes ao movimento.

Destaca-se que os/as assistentes sociais nas décadas de 1970 e 1980 passam a se identificar como categoria a partir de uma consciência política coletiva (MARTINELLI, 2003). Em 1980, se deu o período em que foi fortalecido o direcionamento crítico na produção intelectual do serviço social; nesta década o serviço social como uma especialização do trabalho coletivo finca sua base teórica crítica a partir da tradição marxista (IAMAMOTO, 2014).

A matriz crítica do Serviço Social com base na teoria social de Marx foi fundamental para a postura do trabalho profissional do/a assistente social na perspectiva de apreensão da realidade, na identificação dos processos contraditórios com determinações históricas, sociais, políticas e econômicas.

Diante disso, a década 1990 foi promissora para o serviço social como profissão, pois foi se consolidando de maneira concreta através das mudanças teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa que resultaram na sua regulamentação da Lei n.º 8.662/1993 da Profissão de Serviço Social. É um marco também desta década, o vigente código de ética do serviço social, instituído com a Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. Essas conquistas da profissão marcam a postura do/a assistente social alinhada ao pensamento crítico que fortalece o projeto ético-político da categoria profissional de serviço social.

Destarte, o/a assistente social exerce sua profissão por meio do trabalho coletivo na condição de trabalhador assalariado, por “meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional [...]” (GUERRA, 2008, p. 06). Neste sentido, se considera trabalho coletivo a atividade socializada, que se configura nas funções sociais que são desenvolvidas e organizadas dentro da divisão social do trabalho. Segundo Marx, isso acontece da

PROMOÇÃO

APOIO



seguinte forma: “imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (MARX, 2011, p. 146).

Com base nisso, Iamamoto (2000) afirma que o/a assistente social não possui um processo de trabalho próprio, mas ao contrário, o exercício profissional é inserido em processos de trabalho pré-estabelecidos, planejados pela instituição conforme a sua função institucional para a sociedade, agregando-se ao planejamento do trabalho de todas as profissões existentes nesses espaços.

Por isso, o trabalho profissional dos/as assistentes sociais está alinhado a um projeto coletivo da categoria profissional que fundamenta o seu exercício com base na análise crítica da realidade considerando o processo histórico da sociedade.

4 O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTATAIS DE COARI/AM

As transformações contemporâneas do mundo do trabalho têm suas características particulares, vinculadas à lógica de sobrevivência do sistema capitalista. Por isso, a classe trabalhadora em geral e o trabalho por ela realizado vêm sofrendo alterações ao longo das décadas. Diante disso, nesta última seção apresenta-se o perfil dos/as assistentes sociais das instituições públicas estatais do município de Coari, e como estes profissionais entendem a ocorrência destas transformações na realização do seu trabalho. A seguir apresenta-se inicialmente informações de identificação geral dos/as profissionais:

De acordo com a pesquisa, em relação ao sexo, os/as entrevistados/as identificaram-se 90% do sexo feminino, e somente 10% desse público como do sexo masculino, o que demonstrou permanecer a predominância do sexo feminino na profissão de serviço social, característica da origem da profissão (IAMAMOTO, 2000). Quanto à instituição de formação dos/as profissionais 50% formaram em universidades públicas federais, e 30% formaram-se em instituições de ensino privado em cursos presenciais, e 20% dos profissionais afirmaram ter formado em instituições privadas na modalidade do Ensino a Distância (EaD), os percentuais referentes a formação demonstram que a educação privada forma 50% dos/as profissionais que

PROMOÇÃO

APOIO



atuam no interior do Amazonas; foi destacado em uma das falas durante as entrevistas que, “existe um número significativo de pessoas formadas em serviço social em Coari, que atualmente encontram-se desempregadas” (Dália, S: Fem.; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado³). Conforme Gama e Andrade (2018) o avanço do neoliberalismo no Brasil intensificou a expansão do ensino superior privado no final dos anos 90 e início dos anos 2000. Segundo as referidas autoras, esse contexto traz consequências negativas para a formação e o trabalho do/a assistente social, onde uma dessas consequências apontadas é a formação de um enorme exército de reserva.

Nota-se que essa é uma das condições do trabalho contemporâneo que afeta globalmente a classe trabalhadora, desse modo, são expressas dentre muitas formas no trabalho dos/as assistentes sociais (SILVA, 2010).

Para tanto, acerca de titulação (TIT) as informações sinalizaram que a maioria de 60% dos/as assistentes sociais possuem especialização, 20% permanecem somente com a graduação em serviço social, dos dez (10) profissionais entrevistados 10% têm doutorado, e com igual percentual de 10% a referência de profissionais com uma segunda graduação e aperfeiçoamento profissional na área de serviço social. A diferença entre estes percentuais de titulação traz algumas indagações como: O fato de apenas um (01) profissional possuir doutorado reflete a fragilidade da política pública de educação no Brasil no avanço de ensino superior? Reduzir os recursos orçamentários para a Educação pública afeta a oferta de qualificação para os profissionais? Há dificuldade de conciliar as exigências da qualificação com as responsabilidades do exercício profissional? Estas indagações não cabem debater aqui dado o objetivo deste estudo, mas são fruto da análise crítica que cerca o tema.

Ao prosseguirmos na caracterização geral, identificou-se que referente ao tipo de vínculo empregatício (TVE) 50% dos/as assistentes sociais são concursados (efetivos), 40% são vinculados por contrato temporário, e 10% afirmou ter contrato por tempo indeterminado. Isso revela que apenas 50% dos/as entrevistados/as têm uma

³ S: Sexo; ACG: Ano de Conclusão da Graduação; TIT: Titulação; TVE: Tipo de Vínculo Empregatício; pesquisa de campo, 2022; **O trabalho dos/as assistentes sociais em instituições públicas estatais de Coari-am, em tempos de pandemia da covid-19.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

condição estável em relação a seu vínculo de trabalho, e que 50% desse público não estão na mesma condição. Para Raichelis (2009), esta condição é causada diretamente pelas transformações societárias contemporâneas que reduzem os postos de trabalho e fragilizam cada vez mais os modos de contratação pela terceirização e por tempo determinado etc.

Diante dessa condição, vejamos o percentual em relação a carga horária, esse resultado indicou que 50% dos/as profissionais trabalham 30h semanais, e 50% disseram trabalhar 40h e/ou mais de 40h semanais. Esse resultado mostra que somente 50% dos/as assistentes sociais entrevistados/as usufruem do direito sancionado na lei 12.317/2010, que garante a jornada de trabalho de 30h semanal para o/a assistente social sem prejuízos de remuneração salarial; contudo, considerável parcela de profissionais apesar da lei, cumprem uma jornada de trabalho superior.

A partir desta caracterização do perfil geral dos/as assistentes sociais, passamos a apresentar informações que complementam esse perfil, especificamente no que diz respeito à atuação profissional. Vejamos abaixo:

De acordo com a maioria entrevistado/a 90% não participa ou participaram da direção dos órgãos da categoria, somente 10% afirmou ter participado como coordenadora nacional da ENESSO. Nota-se que o engajamento aos órgãos da categoria é de baixa expressão entre os/as assistentes sociais de Coari. Essa baixa expressão pode indicar que para os profissionais que atuam no interior do Amazonas a participação direta nos órgãos da categoria seja dificultada pela distância geográfica da sede destas entidades para os municípios, e que tem no transporte fluvial o maior meio de deslocamento nestas regiões.

Perguntou-se também, se os/as profissionais já participaram de alguma atividade dos órgãos da categoria, onde 50% afirmaram participar das oficinas e semanas de serviço social, e os outros 50% disseram não ter participado de atividades da categoria. Desta maneira, quando perguntados se participam de órgãos, conselhos, e/ou de movimentos sociais, a grande maioria 80% dos/as assistentes sociais afirmaram que *não*, e 20% disseram que *sim*, têm participação na esfera da sociedade civil organizada. Esse percentual expressa a frágil participação dos profissionais da esfera estatal de Coari a segmentos que contribuem para o

PROMOÇÃO

APOIO



fortalecimento da categoria profissional; isto é um potencial a ser trabalhado pelos órgãos da categoria.

Em relação a natureza da instituição que trabalham, 20% dos profissionais estão na esfera federal, 20% na esfera estadual (um deles com vínculo também na municipal), e a maioria de 60% dos/as assistentes sociais entrevistados/as estão inseridos na esfera municipal (um destes profissionais afirmou ter vínculo também na esfera estadual). Demonstrado assim que os municípios têm maior campo de empregabilidade para os/as assistentes sociais no município (IAMAMOTO, 2014).

Já quanto ao tempo de atuação como assistente social, foi possível averiguar que do total entrevistado 50% exercem a profissão de 10 a mais de 10 anos; e 50% dos/as assistentes sociais atuam a menos de 10 anos. No que se refere a possuir outro vínculo empregatício, os dados apontaram que 70% dos/as assistentes sociais não têm outro vínculo de emprego, enquanto 30% disseram que sim. Ao especificarem o vínculo, dois (02) assistentes sociais afirmaram ter vínculo estatal e municipal e um (01) profissional disse ser microempresária, pois trabalha também no comércio.

A partir do perfil apresentado, seguem as manifestações dos/as profissionais sobre como estes percebem as transformações contemporâneas do mundo do trabalho em geral, para eles/elas “de modo geral, as transformações do mundo do trabalho referem-se, principalmente, às perdas nas garantias de direitos sociais, [...] (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada)” (Pesquisa de campo, 2022).

Destaca-se ainda, que há “precariedade do trabalho, salários baixos e pouca valorização profissional (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista)” (Pesquisa de campo, 2022). Depreendeu-se das falas em destaque que a ação prejudicial dessas transformações aos assistentes sociais expressa-se principalmente por meio de “*perdas e desvalorização*” do trabalhador, e são sentidas pelos/as assistentes sociais em suas condições e relações de trabalho, o que para Antunes (2018) acontece quando a quebra dos vínculos formais de contratação e regulação da força de trabalho se manifestam de forma mais intensa. Para Alves (2021), a precarização do trabalho ocorre com o processo de reestruturação dos processos produtivos das empresas privadas e organizações públicas e do próprio mercado de trabalho que comprime uma nova classe de

PROMOÇÃO



APOIO

trabalhadores desprovidos de seus direitos trabalhistas diante das imposições neoliberais.

Tanto a abordagem de Antunes (2018) como a de Alves (2021) podem ser destacadas nas falas dos/as assistentes sociais entrevistados/as, ao reconhecerem essas alterações no mundo do trabalho, pois “há desconstrução dos vínculos empregatícios (Ipê, S: Fem.; TIT: Especialista;), como também o “aumento da concorrência; dificuldade para se aposentar e/ou realizar aquisições de benefícios (Dália, S: Fem.; TIT: Especialista;)” (Pesquisa de campo, 2022).

De acordo com Oliveira (2005), as alterações citadas pelos/as assistentes sociais não surgiram recentemente, mas a partir da nova divisão internacional do trabalho, não de forma espontânea, mas como enfrentamento das sucessivas crises a que vem sendo submetida a lógica de acumulação do capital.

Desta forma, identificou-se que os/as assistentes sociais reconhecem a existência dessas transformações e seus impactos no seu trabalho, pois segundo considerações dos/as entrevistados/as “todos os trabalhadores são atingidos, nós mais ainda por se tratar de área social (Cravo, S: Masc.; TIT: Segunda Graduação/Especialista)” (Pesquisa de campo, 2022). Assim, “essas transformações, principalmente na área tecnológica trouxeram um leque maior de resolutividade de alguns problemas de antes dessa contemporaneidade do trabalho, [...] (Tulipa, S: Fem.; TIT: Especialista)” (Pesquisa de campo, 2022). As falas apontam que as transformações no mundo do trabalho impactam sim no exercício profissional, o que para Iamamoto (2000) exige que os/as assistentes sociais apreendam os processos que atravessam as especializações do trabalho, principalmente do serviço social; é preciso analisar essas transformações articuladas ao cenário global do trabalho. Nas palavras de Abílio (2020), isto representa um conjunto de diversas formas de manifestações das transformações contemporâneas do mundo do trabalho, que explicam as bases em que se firmaram e continuam a se firmar as relações sociais no contexto societário burguês.

Portanto, estes resultados apontam que os/as assistentes sociais enquanto categoria profissional são atingidos pelas transformações societárias relativas ao seu trabalho profissional e sua realização em todas as suas dimensões e níveis atualmente.

PROMOÇÃO



APOIO

5 CONCLUSÃO

Essas alterações se expressam por meio de “*perdas e desvalorização*” dos direitos e formalidade do trabalho, são sentidas pelos/as assistentes sociais em suas condições de trabalho nas instituições. As transformações no mundo do trabalho em geral têm impactos diretos no trabalho dos/as assistentes sociais, esses impactos foram apontados principalmente na área social, como também aparece a questão da inserção e uso das TICs para a resolutividade de problemas e realização do trabalho, e por último, é apontado que se enfrentam cada vez mais, maiores dificuldades de acesso a benefícios e direitos sociais. Diante destas transformações o que poderia ser feito? Respostas a questões como está foram sendo tecidas, construídas ao longo da estruturação deste trabalho.

Por fim, acredita-se que as respostas não estejam em uma palavra ou frase sussurrada por uma voz ou categoria, mas no brado de muitas vozes, ou seja, na unidade dos/as assistentes sociais na luta em defesa e fortalecimento do Projeto ético-político da categoria profissional, na articulação com as demais classes de trabalhadores; é preciso apropriar-se do caráter político do trabalho do/da assistente social; conhecer o interior daquilo que se está intervindo para que possamos transformá-lo através do reconhecimento dos espaços, das relações de poder, do que é possível formar e fortalecer, estabelecer alianças sem deixar de resistir às imposições da lógica dominante.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: gerenciamento e controle Just-in-time.** In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020 (111- 124).

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho.** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão.** O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUM, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: nº 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global.** 1ª

ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Dispõe sobre a duração do trabalho do assistente social, estabelece a jornada de 30 horas semanais sem prejuízo salarial.

GAMA, Rayanne Roque; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Serviço social no interior do estado do Amazonas: desafios da formação profissional e do mercado de trabalho, **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo.** Abril, 2019.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente social.** In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - 6ª Região. (Org.). Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 1ª ed. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional,** 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro I – O processo de produção do capital. – Tradução Rubens Enderle. – BOITEMPO, 2011.

NETTO, José P; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva. In: **Serv. Soc. & Sociedade**, nº82, ano XXVI, São Paulo: jul./ 2005.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. **O trabalho do Assistente Social na esfera estatal.** Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

SANTOS, Marta A. A reestruturação produtiva e seus impactos na vida do trabalhador. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº82, ano XXVI. São Paulo: jul./2005.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do parque industrial de Manaus.** Manaus: EDUA, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO

